



Dossiê Sobre o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa¹

Allysson Viana MARTINS²

Thiago SOARES³

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, PB.

RESUMO

O relatório trata das atividades desenvolvidas para a realização do jornal impresso *Questão de Ordem – Dossiê Reforma Ortográfica*, para a disciplina *Laboratório de Jornalismo Impresso*, do curso de Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A equipe decidiu editar um dossiê sobre algo que afeta a todos que falam ou pretendem falar o português, como forma de compromisso social com o que é de interesse público. O assunto é tratado tanto sob o viés político (da integração da língua) quanto linguístico (das mudanças ortográficas). Para a execução do veículo impresso, foram desenvolvidas atividades de apuração, redação e edição de textos jornalísticos num projeto gráfico.

PALAVRAS-CHAVE: língua; reforma ortográfica; integração.

INTRODUÇÃO

O direito à informação é assegurado pela Constituição Federal de nosso país. Tendo em vista o compromisso social da imprensa, os editores do jornal *Questão de Ordem – Dossiê* decidiram trazer à tona um assunto que é de interesse público. O tema que destrincharemos em nosso jornal é o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Nesta nova reforma, podemos verificar várias diferenças, desde modificações simples, como o acréscimo de três letras (k, y, w) e a exclusão do trema, a mudanças mais complexas, como as novas usabilidades do hífen.

Para melhor esmiuçar o assunto, trouxemos reportagens descrevendo como se originou a Língua Portuguesa e como têm ocorrido as suas modificações. Há matéria que informa sobre as principais modificações e possíveis dificuldades; uma entrevista com um dos mais renomados professores de Língua Portuguesa da Paraíba e um panorama do assunto sob o viés mais político, da integração linguística, entre outros.

¹ Trabalho submetido ao XVI Prêmio Expocom 2009, na Categoria Jornalismo, modalidade Jornal impresso (avulso).

² Aluno líder do grupo e estudante do 5º. Semestre do Curso de Jornalismo, e-mail: allysson_cobain@hotmail.com. O trabalho tem ainda cinco co-autores: Emanuelle Cabral Interaminense, Érika Bruna Agripino Ramos, Fernanda Priscila Alves, Suellen Vieira de Andrade Santos, Vitor Daniel Claudino Martins Teixeira.

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo, e-mail: thikos@uol.com.br.



A primeira reforma da história recente do idioma ocorreu em Portugal, no ano de 1911. Também foi ainda no início do século XX que surgiu, entre o Brasil e Portugal, a intenção de estabelecer um modelo de ortografia para ser seguido por todas as nações que tinham a Língua Portuguesa como idioma oficial, como forma de facilitar e intensificar suas relações.

O Brasil celebrou seu primeiro acordo ortográfico com Portugal vinte anos depois, no ano de 1931. O acordo foi firmado entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, após reuniões que debatiam, principalmente, o fato de a existência de duas ortografias prejudicar bastante o espaço da Língua Portuguesa no mundo, dificultando, inclusive, a interação entre as culturas dos países que utilizavam-no como língua oficial.

Doze anos mais tarde, em 1943, na Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, foi estabelecida uma nova reforma na ortografia, que, entre as principais mudanças, excluía as letras k, w e y do nosso alfabeto, deixando-o apenas com 23 letras, e a eliminação das consoantes mudas (como na palavra “facto”, por exemplo, que se transformou em “fato”). No entanto, num decreto assinado em 1945, essas consoantes foram restituídas, por Portugal. Somente em 1975 a Língua Portuguesa viria a sofrer novas alterações. A Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboraram um projeto de acordo que, no entanto, não chegou a ser aprovado oficialmente.

Uma reunião ocorrida com representantes de seis países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no Rio de Janeiro, no ano de 1986, resultou em novas diretrizes para a ortografia da Língua Portuguesa, mas o acordo foi considerado radical e, mais uma vez, as mudanças não foram implementadas.

Em 1990, na cidade de Lisboa, uma nova reunião resultou no novo Acordo Ortográfico, que tinha previsão de entrar em vigor em 1994 - o que não aconteceu, devido a dissidências entre os países. O acordo ficou engavetado por mais de vinte anos, e somente no início deste ano entrou em vigor, tendo sido sancionado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em setembro de 2008.

OBJETIVO

O nosso objetivo, ao escolher este tema, é informar à população sobre um acontecimento que afeta toda a sociedade, direta ou indiretamente. Sabendo das



dificuldades que serão enfrentadas ao longo da adaptação, acreditamos que a mídia é um dos “carros-chefe” para que estas mudanças finquem mais fácil no imaginário social.

O acordo é importante para todos os falantes da Língua Portuguesa e para os que pretendem aprendê-la, portanto, para todos os brasileiros. As matérias trazem um viés crítico sobre assunto, visto que o dossiê é mais voltado para um público universitário, mais intelectualizado, mas não o faz de forma enfadonha e tediosa. Ao contrário, a edição é regida por um tom mais literário e dinâmico, seja na forma da escrita ou no conteúdo.

Pela obviedade da importância do tema para os indivíduos brasileiros, pudemos perceber uma grande celeuma nas mídias tradicionais. Estas veiculam meramente quais são as novas modificações, não abordando a complexidade real do tema, que surge de uma integração muito mais política do que linguística.

Para trazer uma visão diferente da exposta nos veículos de grande expressão, trouxemos para os nossos leitores uma visão crítica da nova reforma, mas sem cair numa perspectiva infundada, numa metralhadora de colocar defeitos contundentes. Apesar de admitirmos certo conservadorismo em relação ao acordo, nos policiamos para não ficarmos no saudosismo linguístico ou na falta de fundamentação quanto à ótica política, de integração linguística.

Enquanto “a mídia clássica fornece uma visão tendenciosa sobre produtos, fatos e notícias, escondendo-se atrás de uma pseudo-isenção” (MONTE, 2007), trouxemos a modalidade opinativa novamente à tona, visto que está sendo cada vez mais posta de lado pelos veículos tradicionais e mesmo os alternativos, tendo em vista este ideal de isenção. Como demonstra Charaudeau (2007: 42), “nenhuma informação pode pretender, por definição, à transparência, à neutralidade ou à factualidade”.

Ao longo das páginas, se poderá perceber que não discordamos totalmente da forma mais informativa de redação, pois a dispomos em matérias que exigiram uma maneira mais rápida e eficaz para tirar dúvidas.

Segundo Piza (2003: 59), não é problemático um jornal disponibilizar reportagens de serviço (o gênero mais expressivo do jornalismo informativo), mas esta prática se torna perniciososa quando este gênero se sobrepõe a todos os outros existentes no jornalismo. Por isso, acreditamos que tem que haver um espaço midiático destinado também à crítica e à opinião. Um local em que a discussão tem que ser instaurada, evoluindo da mera descrição para a problematização do tema exposto.

Com estes pressupostos, será percebido que mesmo que tenhamos trazido um conteúdo mais opinativo, não descartamos a objetividade necessária para que possa



aprender com facilidade algumas das novas mudanças ortográficas. E esta visão mais informativa pode ser percebida num dos espaços que dispomos para que leitor verifique as principais modificações ocorridas, de forma objetiva, clara e concisa.

Contudo, trazendo o outro lado da moeda, esta edição é para que se possa perceber que o tema do Novo Acordo Ortográfico pode ser tratado de uma maneira mais bem fundamentada e profunda, não apenas com superficialidade, que impera nos grandes veículos, sobretudo nos mais renomados. Pode ser tratado de um ponto de vista político – mais importante pra sua implementação –, não apenas linguístico.

JUSTIFICATIVA

Acreditamos que este tema é importante pelo fato de que ele é de total interesse social e atinge diretamente a maioria da população brasileira, e “um acontecimento próximo interessa mais de perto ao cidadão” (CHARAUDEAU, 2007: 136). Apesar de as antigas regras gramaticais poderem ser empregadas até o ano de 2012, é dever dos meios de comunicação assegurar que o indivíduo seja informado das mudanças que ocorrem na sociedade.

Mesmo que ainda tenham três anos para a reforma se consolidar totalmente e exclusivamente, é dever nosso ajudar as pessoas a se adaptarem, por isso, temos que tomar frente neste trabalho e divulgar à população o que lhe é de interesse e direito. A mídia é o local em que as pessoas esperam que os assuntos de interesse público tenham respaldo, um espaço de onde possam surgir os exemplos.

MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADOS

Os métodos e as técnicas observadas no jornalismo são três: o momento da apuração, da redação e da edição. Iremos descrever como estas três fases foram desempenhadas para a feitura do nosso produto jornalístico. Seguindo, respectivamente, a seqüência. As repórteres Suellen Andrade, Érika Bruna Agripino e Fernanda Alves optaram pelo método jornalístico tradicional de apuração de informação, a saber, a entrevista presencial, indo ao encontro dos sujeitos que estavam diretamente ligados à matéria. Por sua vez, Allysson Viana, na sua entrevista com Chico Viana, optou por realizá-la via Internet, através do e-mail. Nas outras reportagens, de Vitor Teixeira, Allysson Viana, Emmanuelle Interaminense, os repórteres realizaram uma busca por textos e entrevistas na



internet, para conhecer melhor assunto e verificar alguns dos desdobramentos dados ao tema.

Para evitar a predominância do gênero da reportagem, como ocorre na maioria dos grandes veículos, optamos por uma maior variação dos gêneros. O jornal conta com uma entrevista, uma crônica, um comentário crítico, além das já conhecidas reportagens, apesar de trazermos estas de forma mais críticas, e não superficiais, como são muito percebidas noutros jornais.

As pautas foram decididas entre os editores do jornal (Érika Bruna e Allysson), que pensaram que abordagens o tema suscitaria, procurando sair da veia simplesmente informativa, que impera na maioria dos veículos de comunicação. Assim, foi estipulado que a matéria principal traria o tema no seu contexto geral, e os demais textos abordariam aspectos particulares da reforma, como a relação de profissionais que trabalham diretamente com a língua, a opinião de estudantes oriundos de países lusófonos, que fazem intercâmbio aqui no Brasil, e etc.

Após a percepção de que foi o viés político o principal motivo para a realização desta reforma, colocamos em pauta uma matéria que tratasse desta perspectiva mais política do acordo, da integração lingüística. Logo, a repórter teria que trazer entrevistados tanto brasileiros quanto de outros países lusófonos, para tornar mais inteligível de que forma ocorre esta integração.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO OU PROCESSO

Em relação à edição do dossiê, procedemos da seguinte maneira: o jornal, já no início, deixa clara sua visão sobre o tema, tanto no editorial, quando afirmamos que a proposta é mais crítica do que informativa, como na página ao lado, que contém um artigo de opinião (*O almofadinhês*, de Vitor Daniel), no intuito de enfatizar a linha editorial.

Já as duas matérias que seguem são de cunho mais informativo: *Uma língua em constante evolução*, de Emmanuelle Interaminense, e *Professores se adaptam às novas regras*, de Fernanda Alves. A primeira traz um apanhado das reformas que já sofreu a Língua Portuguesa (e optamos por colocá-la já entre as primeiras matérias, para situar o leitor no contexto das reformas), e a segunda matéria trata do descaso governamental perante os profissionais que irão repassar as regras para os estudantes. Essa última matéria tinha o intuito, inicialmente, de realizar uma comparação entre as duas redes de ensino (pública e particular), mas, com o processo de redação do texto e a dificuldade para a



repórter se encontrar com as fontes, julgamos suficiente traçar um panorama do ensino público – além do mais, o espaço era de apenas uma página.

O texto que se segue é a entrevista com o professor de Língua Portuguesa Chico Viana (*Uma reforma linguisticamente deficiente*), e, mais uma vez, a proposta foi a de trazer uma postura crítica sobre o tema. Optamos por colocar essa matéria antes da reportagem principal, porque, de certa forma, daria embasamento (o professor Chico Viana é um renomado estudioso da Língua Portuguesa) aos comentários que seriam feitos pelo repórter Vitor Daniel.

Para a matéria principal (*A reforma da piada pronta*), destinamos quatro páginas do jornal, embora o texto propriamente dito ocupe apenas duas. Aqui, a utilização de imagens e caixas de texto separadas foram de fundamental importância para passar o conteúdo de forma que não se tornasse algo enfadonho.

Seguindo, temos a reportagem *Muito além das fronteiras ortográficas*, de Érika Bruna Agripino, que foi escolhida para ficar entre as últimas porque, aparentemente esgotados os temas, ela trazia mais um aspecto novo e faria “ressurgir” a complexidade do assunto.

Por fim, há uma crônica (*Monólogo do pinguim*, de Allysson Viana), com uma abordagem engraçada e, na última página, uma matéria de cunho novamente informativo, *A reforma na visão de dois jornalistas paraibanos*, de Suellen Vieira. Num primeiro momento, este texto deveria estar junto da matéria de Fernanda Alves sobre os professores, por tratarem, ambos, de profissões diretamente envolvidas com a Língua Portuguesa (tínhamos a idéia, inclusive, de usar o chapéu “PROFISSÕES” na página, mas o recurso foi descartado por não poder ser usado em todas as páginas), mas, como a diagramação dava a idéia de um conteúdo extra, optamos por colocá-la no final.

Em relação à diagramação das páginas, a proposta foi, desde o início, realizar um jornal com muitas imagens e cores, sendo as páginas abertas alternadas entre o vermelho e o amarelo (que são as cores da capa), no rodapé. Em todas as páginas, procuramos integrar os títulos às imagens, ora dentro delas, ora próximos a elas, mas seguindo as cores dos desenhos.

Também decidimos não utilizar fotos na edição, o que poderia deixar a diagramação “engessada”; muitos dos textos, por causa desse propósito, também não vêm em colunas retangulares, mas permeando as imagens. As fontes, por sua vez, foram todas sem serifas, com um ar mais moderno, para corroborar com o visual do jornal. No corpo dos textos, foi



usada a fonte Arial, tamanho 11, e os títulos em tamanho maior e colorido, todos com fontes diferentes.

CONSIDERAÇÕES

Acreditamos que conseguimos realizar o produto que pretendíamos, a saber, um material jornalístico de qualidade. Nosso jornal resultou num material crítico sobre o tema proposto, destrinchando-o de tal forma que dará ao leitor um panorama geral do que foi este Novo Acordo Ortográfico, tanto sob o viés político (integração) quanto lingüístico (mudanças ortográficas).

Quem leu a edição, pôde perceber que trouxemos: uma reportagem tratando da origem de nossa língua e das diversas modificações que ela sofreu; uma crítica geral sobre a reforma; uma reportagem que trabalha com o modo como está sendo a adaptação dos professores de escolas públicas; uma entrevista com um especialista da língua; uma reportagem que tratou da integração lingüística sob o ponto de vista de falantes do português que não são brasileiros; uma crônica bem humorada acerca do tema; e também uma reportagem sobre a reforma, trazendo suas principais mudanças e quais suas conseqüências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2007.

MONTE, Luciana. **Blogs versus Mídia Tradicional**: a guerra começou. Disponível em: <<http://diadefolga.com/blogs-versus-midia-tradicional-a-guerra-comecou/>>. Acessado em 08 de outubro de 2008.

PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.